

resenha bibliográfica / book review

Tamás Szmrecsányi

Professor Titular do Departamento de Política Científica da Universidade Estadual de Campinas

Girbal-Blacha, Noemi. *Mitos, Paradojas y Realidades en la Argentina Peronista (1946-1955): una interpretación histórica de sus decisiones político-económicas*. Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2003, 275 p.

Apesar da natureza incontestavelmente ideológica das teorias relativas ao chamado caráter nacional, parece não haver dúvidas de que existem sensíveis diferenças entre as políticas econômicas adotadas por países geograficamente vizinhos e culturalmente próximos, como no caso da Argentina e do Brasil. Boa parte desta diversidade pode ser creditada a fatores históricos, notadamente aos que se vinculam à formação e ao desenvolvimento de seus respectivos sistemas sociais. Mas, ao lado destes fatores mais gerais, existem outras variáveis, de índole mais psicológica, que dizem respeito, de um lado, à mentalidade das elites de cada país e, de outro, a traços de comportamento atribuídos — com ou sem razão — a seus povos em geral.

A título de exemplo, cabe mencionar entre estes últimos a proclamada "falta de memória político-eleitoral" dos brasileiros, sempre propensos a experimentarem e apoiarem o que lhes é apresentado como algo novo, independentemente da autoria das propostas, que podem ser — e muitas vezes têm sido — formuladas por antigas e carcomidas lideranças. A este traço prospectivo e utópico parece contrapor-se um "excesso de memória" dos argentinos, mais voltados para a evocação e as tentativas de reconstituição de um passado de ouro, igualmente utópico, que nos remete, conforme as classes sociais que a praticam, seja à *belle époque* do início do século XX, quando o país vizinho figurou estatisticamente entre os mais ricos do mundo, seja ao populismo per-

nista, que, durante certo tempo, em meados do mesmo século, conseguiu aparentemente garantir a felicidade de suas massas.

Tanto num caso como no outro, tendem a surgir e a consolidar-se certos mitos que, por dever de ofício, cabe ao historiador procurar identificar, caracterizar e, se possível, extirpar. Esta foi uma das tarefas que a professora Noemi Girbal-Blacha, ex-presidente da Associação Argentina de História Econômica e atualmente trabalhando na Universidade Nacional de Quilmes, se impôs, ao elaborar seu livro sobre as políticas econômicas postas em prática em seu país, na primeira fase do peronismo, entre 1946 e 1955. Em termos argentinos, a obra não poderia ter sido mais oportuna, uma vez que o peronismo se encontra novamente no poder, agora sem adversários internos ameaçando a sua hegemonia. E, no que se refere ao Brasil, este trabalho poderá permitir interessantes comparações com as políticas econômicas postas em prática pelos governos que aqui se sucederam durante o mesmo período.

Além de uma breve "Nota Preliminar", de cunho teórico e metodológico, e de igualmente breves "Reflexões Finais", de caráter conclusivo, o livro compreende cinco capítulos substantivos, a saber: I — "Memória, História e Esquecimento: considerações sobre o discurso e as representações, os fatos e os símbolos"; II — "Estado, Economia e Crédito à Produção Industrial: o caso dos setores industriais dinâmicos"; III — "O Crédito Oficial ao Setor Agrário e às Indústrias Tradicionais: estudos de casos"; IV — "Cooperativismo Agrário e Peronismo"; e V — "O Crédito para as Empresas de Cultura Popular". Também merecem ser destacadas as ricas e circunstanciadas referências bibliográficas e documentais que ocupam as últimas doze páginas do livro.

O propósito geral da Autora é o de refletir sobre as características, as mudanças e as continuidades observáveis na economia argentina durante os nove anos do primeiro governo peronista, procurando confrontar os discursos oficiais com as conseqüências objetivas de sua política econômico-financeira. Através deste procedimento, ela nos desvenda, como seria de se esperar, um panorama complexo e heterogêneo, além de contraditório, muito diverso das histórias oficiais favoráveis ou contrárias a Perón. Centrando sua análise no crédito concedido às empresas — sua distribuição, suas condições e seu uso — o livro nos mostra como a referida política foi-se constituindo e se transformando através do tempo, e como acabou tendo que se ajustar, na década de 1950, a uma correlação de forças externas e internas crescentemente desfavorável à manutenção do peronismo originário.

No primeiro capítulo, são examinadas algumas medidas de caráter macroeconômico que serviram de pano de fundo e de base para as políticas creditícias da época, que envolveram, de um lado, a estatização dos serviços de utilidade pública (transportes, telecomunicações e energia), até então em poder de empresas estrangeiras, e, do outro, a chamada "repatriação da dívida externa". Enquanto os custos da primeira continuam até hoje sujeitos a numerosas discussões, a segunda, além de fazer crescer enormemente a dívida pública total, teve um caráter apenas parcial, aplicando-se somente às dívidas com países da Europa Ocidental, notadamente a Grã-Bretanha. Na prática, ela começou, a partir daí, a aumentar com relação aos EUA — país que, em troca, obteve várias importantes concessões para seus capitais e algumas de suas empresas, como, por exemplo, na área petrolífera. Tudo isto para não falar da inflação crescente, a partir de 1949, e da progressiva concentração da renda nacional na área metropolitana de Buenos Aires, com o conseqüente empobrecimento do resto do país.

A proclamada redistribuição do crédito para as pequenas e médias empresas, a favor da produção e do consumo internos, um dos símbolos do nacionalismo econômico peronista, é analisada pormenorizadamente nos quatro capítulos subseqüentes. Trata-se de uma política derivada, em parte, da reforma financeira de 1946, que nacionalizou todos os bancos e seus depósitos e, de outra, de uma orientação cada vez mais dirigista e intervencionista do Estado, através dos seus planos quinquenais. Por meio deles, o governo peronista procurou fomentar a industrialização do país, de uma industrialização voltada para a substituição das importações de bens de consumo e de produção. Mas o aumento da importação destes últimos, principalmente sob a forma de máquinas e equipamentos, simultaneamente ao enfraquecimento das exportações de produtos agropecuários e agroindustriais (cujo nível, em 1950, equivalia somente a 50% da média de 1935 a 1939), acabou constituindo-se num fator de aumento da dívida externa, principalmente em relação aos EUA. E isto, por sua vez, iria obrigar o governo a empreender uma reviravolta em sua política, tornando a apoiar prioritariamente o setor agrário.

De qualquer modo, porém, a orientação inicialmente adotada não deixou de favorecer determinados ramos industriais tidos como mais dinâmicos — casos das indústrias têxtil, metalúrgica, automobilística, química e farmacêutica, eletrotécnica, de materiais de construção, de plásticos, etc., ramos dos quais não estavam ausentes as empresas de capital estrangeiro e cujos estabelecimentos fabris tendiam a ser de pe-

quenas e médias dimensões, compatíveis com o tamanho relativamente reduzido do mercado interno argentino. Este setor industrial foi-se mantendo desde aquela época com poucas modificações, estando a ressentir-se atualmente da concorrência de produtores estrangeiros de maior porte e de tecnologia mais avançada, inclusive da indústria radicada no Brasil.

Por outro lado, embora tivesse crescido, a nível de discurso, a importância conferida às indústrias de transformação, o cerne da economia argentina continuava a situar-se nos setores agropecuário e agroindustrial, aos quais, por isto mesmo, Noemi Girbal dedica dois de seus capítulos. O terceiro examina o aumento do crédito destinado às empresas agrícolas tradicionais e às famosas estâncias de criação animal, em boa parte pertencentes à oligarquia que o peronismo dizia e pretendia combater, bem como aos frigoríficos, aos moinhos de cereais e outras indústrias agroalimentares, inclusive as de propriedade estrangeira, que, além de abastecerem o mercado interno, eram responsáveis por boa parte das exportações do país.

No início do primeiro governo peronista, as relações entre este e os setores agropecuário e agroindustrial chegaram a ficar tensas, devido ao intervencionismo do regime nas relações de produção e de trabalho rurais, sem, no entanto, chegar a lançar-se a uma política de reforma agrária. Na prática e com o correr dos anos, a situação foi-se acomodando, à medida que a maioria dos produtores foi percebendo o caráter modernizante e apaziguador das medidas governamentais. Por outro lado, os Ministros da Agricultura sempre foram pessoas vinculadas aos referidos setores. E, apesar de ter havido, através das políticas de preços e cambial, transferências de recursos dos mesmos para a indústria de transformação, as empresas agropecuárias e as agroindustriais de exportação nunca deixaram de ter acesso a créditos com juros subsidiados. Além disto, já a partir de 1949, devido à inflação dentro do país e por causa da redução das exportações (em parte determinada pela recuperação das agriculturas européias após a Segunda Guerra Mundial), o governo peronista passou a intensificar o seu apoio às empresas agropecuárias e agroindustriais, através de forte expansão do crédito que lhe era destinado. No contexto destas medidas, as cooperativas examinadas no quarto e penúltimo capítulo do livro foram bastante bem aquinhoadas. Também merece ser destacado o apoio do regime à agroindústria canavieira de Tucumán, apesar dos maus tratos dispensados por esta a seus trabalhadores.

Finalmente, o quinto capítulo aborda um tema habitualmente pou-

co estudado pela historiografia econômica, qual seja o da indústria cultural. Trata-se de um setor que, de acordo com a análise da Autora, abrangia não apenas as editoras de livros, revistas e jornais e as emissoras de rádio (na época, parece que ainda não havia televisão na Argentina), mas também os ramos de atividades que lhes fornecem os insumos essenciais, como as indústrias de celulose e papel, as de artes gráficas, as gravadoras de discos fonográficos, etc. Em todas estas áreas, o governo peronista desenvolveu uma ampla atuação de fomento, dotada de evidentes propósitos político-ideológicos, da mesma forma que no setor educacional.

Este livro de Noemi Girbal, que contém ainda muitas outras informações interessantes, constitui uma contribuição valiosa não apenas para o conhecimento do que foi o primeiro governo peronista, mas também para a compreensão do que ocorre atualmente na Argentina. Sua leitura poderia ser de grande utilidade tanto para os analistas e os jornalistas que habitualmente abordam seus acontecimentos e problemas, como para os empresários e os técnicos envolvidos em negociações com seus colegas do país vizinho. E, para nós, historiadores da economia do Brasil, os levantamentos efetuados pela Autora e a riqueza de suas análises representam um modelo a seguir, e até um desafio para se tentar fazer algo parecido por aqui.